

CAPÍTULO 12

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL DURANTE O PERÍODO GOVERNAMENTAL DE JOÃO GOULART (1961-1964)

Alzenir Souza da Silva
Joyce Brenna da Silva Lima Rodrigues
Francinaide de Lima Silva Nascimento

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de apresentar notas prévias de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (PPGEP/IFRN). Busca compreender como se deu a Educação Profissional (EP) e suas mudanças durante o Governo de João Belchior Marques Goulart (1961-1964), almejando ampliar as discussões em volta do complexo contexto histórico no período anterior ao golpe militar de 1964. A pesquisa, no que lhe concerne, insere-se no campo da História da Educação Profissional e justifica-se pela pouca incidência de estudos no período delimitado no campo da EP. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental bibliográfica através de autores como Delgado (2010), Grabois (2021), Ravaglia (2014) e Lira (2010). Portanto, a análise apresentou elementos que corroboram para o entendimento de que o governo desejava desenvolver uma educação vinculada com a ideologia nacional desenvolvimentista, ansiando aumentar a demanda por técnicos qualificados para o mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Educação Profissional. Governo João Goulart.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender como se deu a Educação Profissional e suas mudanças durante o Governo de João Belchior Marques Goulart (1961-1964)⁵. A ideia que orienta as discussões empreendidas é de que a produção historiográfica sobre a EP neste período está à margem da reconstituição histórica. Segundo Delgado,

O período do nacional-desenvolvimentismo no Brasil tem sido contemplado por produção historiográfica bastante significativa, com destaque especial para a atuação dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, analisados, de forma recorrente, pela historiografia. A mesma ênfase não acontece em relação a João Goulart, que tem sido relegado a um segundo plano pela produção historiográfica e também pela memória coletiva nacional. Todavia, Jango foi um dos principais líderes trabalhistas brasileiros. Orientou, com indiscutível coerência, sua prática política por uma opção de consolidação renovada da herança varguista e pela adoção e apoio a iniciativas destinadas à ampliação da cidadania social e à defesa dos interesses econômicos nacionais (DELGADO, 2010, p. 125).

Nesse sentido, espera-se fomentar o diálogo em torno da trajetória política de João Goulart de modo a refletir sobre a Educação Profissional no Brasil entre 07 de setembro de

⁵ Sua posse aconteceu em um contexto de crise, deflagrada pela ação de seus adversários políticos. De início, sob a vigência de um sistema de governo parlamentarista que limitava seus poderes. Posteriormente, ao recuperar sua capacidade governamental, sob um sistema de governo presidencialista.

1961 e 31 de março de 1964, almejando ampliar as discussões em volta do complexo contexto histórico no período anterior ao golpe militar de 1964.

Este estudo, por sua vez, tem o objetivo de apresentar notas prévias de uma pesquisa maior que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, cujas discussões comporão uma dissertação de mestrado intitulada “A gestão industrialista de Stênio Lopes e a Escola de Aprendizagem do SENAI, Campina Grande-PB (1957-1968)”, de modo a contribuir para o enriquecimento do debate em torno da Educação Profissional.

Levando em consideração que um artigo não possibilita a apreciação do conjunto da produção da historiografia, a seleção dos autores foi necessária com o intuito de ampliar o debate acadêmico. Nesse contexto, as discussões e as contribuições dos pesquisadores, baseados em sólidos estudos documentais, poderão expandir o conhecimento do recorte temporal da pesquisa.

2. HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO

2.1 O governo João Goulart

João Belchior Marques Goulart foi deputado federal, ministro de estado, vice-presidente e presidente da República. Também conhecido na história por “Jango”, foi um líder lúcido, ponderado, coerente, manipulador, contraditório e hesitante. De acordo com Napolitano (2012), Jango esboçou um projeto e uma agenda de reformas profundas, mas que de alguma forma mergulhou no esquecimento, apesar dos esforços que alguns estudiosos têm empreendido no sentido de dar-lhe uma sentença justa no tribunal do tempo. Ainda segundo esse autor,

Goulart mudou completamente o papel do Estado na negociação entre patrões e trabalhadores (urbanos) e, mesmo inclinando-se para o lado destes últimos, nunca abriu mão da estratégia de mediação e negociação de conflitos. As bases sociais e políticas ali constituídas deram-lhe força para esboçar um projeto reformista que, na verdade, foi muito mais uma agenda do que um projeto (NAPOLITANO, 2012, p. 224).

Contrariando a elite mundial, ascende à presidência como símbolo da conciliação com os trabalhadores, tendo em vista que tinha um programa coerente com a realidade nacional e representava, naquele período, a melhor opção para esta classe (BRAGA, 2021).

Em 1959, enquanto vice-presidente, Goulart se movimentava no Congresso para a aprovação de diversas emendas constitucionais e legislativas que seriam os rascunhos das

Reformas de Base do seu governo como, por exemplo, a reforma agrária, a regularização do direito de greve e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁶.

De acordo com Braga (2021) os sérios problemas econômicos que enfrentou, seja no parlamentarismo, seja no presidencialismo, se deram, sobretudo, pelas atitudes tomadas pelos grupos sociais em disputa naquele momento. Em sua tese, o autor indica que João Goulart estabeleceu uma política que buscava promover o equilíbrio das contas nacionais, recusando-se a penalizar a classe trabalhadora, gerando a decadência da política econômica, assim como do regime democrático. E essa isenção perante o aumento da mobilização dos trabalhadores a partir de 1962 culminou com o afastamento do setor empresarial estrangeiro. É importante ter em mente que

A industrialização era o corpo e a alma da concepção de desenvolvimento que as principais correntes políticas e econômicas brasileiras, puxadas pelo Estado, levaram adiante naqueles anos. [...] A apreciação da Indústria no período Goulart, embora valorizando suas iniciativas e proposições, situa o governo em continuidade com as realizações dos governos anteriores (GRABOIS, 2021, p. 196).

Nesse contexto, o período foi marcado pela industrialização emergente e João Goulart era visto como impulsionador do desenvolvimento. Segundo Grabois (2021), durante o segundo semestre de 1963, as crises social, econômica, política e de estado se abrandaram e, de um lado, os trabalhadores e as classes populares buscavam se mobilizar e se organizar e, de outro lado, houve uma reação e mobilização dos setores das classes dominantes que se viam ameaçados.

[...] durante os pouco mais de quinze meses do regime parlamentarista, o presidente tencionou-se entre a necessidade de se legitimar frente às forças a ele opostas e a premência de “governar” para corresponder às expectativas de seus aliados. Neste contexto se explica parte da incapacidade do governo em apresentar propostas sólidas para a superação da crise econômica (MORAES, 2012, p. 53-54).

Ou seja, em 1963, Jango ainda estava em busca de sua legitimidade política. Tendo em mente que a “efervescência democrática característica do período acaba por despertar vigorosa reação das organizações que percebiam a efetivação da democracia como ameaça aos seus interesses e privilégios” (BRAGA, 2021, p. 211).

Havia um “limite” para a democracia, portanto, não agradava às classes dominantes que esses limites fossem ampliados para uma participação de todos os setores. Dentre as classes não contentadas com a possível efetivação de uma democracia social no Brasil estavam a União Democrática Nacional, os setores das forças armadas, a igreja católica conservadora, os proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais. Estes

⁶ O final de 1950 e início de 1960 foi marcado por diversos movimentos intelectuais como a “Campanha em Defesa da Escola Pública”, “Campanha de Pé no Chão Também se Aprende”, “Movimento de Educação de Base”, “Movimento de Cultura Popular de Recife”, entre outros.

uniram-se para desestabilizar o governo, culminando no golpe que destituiu o presidente em 1964, pelas forças armadas (DELGADO, 2010).

Em sua tese, Grabois (2021) afirma que houve um interesse latente do povo em busca de compreender, conhecer, construir uma reflexão e formar opiniões sobre a realidade da crise durante o Governo Jango, levando amplas parcelas da população a procurar explicações. Nesse período ocorreu uma efervescência artística e intelectual que se deu, sobretudo, por meio de uma gama produção editorial e pela busca, pelos indivíduos, da leitura.

2.2 A educação no Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 4.024/61)

O debate sobre a educação e a democratização do ensino é anterior à Lei n.º 4024/1961⁷ e movimentou diversos setores da sociedade brasileira em defesa da escola pública. Todavia, o esforço da classe dominante cooperou para o predomínio da educação privada, consolidado no financiamento público à educação particular, abrindo caminho para a privatização do ensino.

Contudo, as discussões educacionais que levaram à promulgação da Lei n.º 4024/1961 foram polêmicas e demoradas, pois foram discutidas por amplos setores sociais.

[...] no período situado entre a reforma proposta pelas leis orgânicas do ensino, na década de 1940, e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1961 (lei n.º 4.024/61), o máximo que se conseguiu foi assegurar a equivalência entre os diferentes ramos do ensino secundário, a despeito dos esforços de alguns setores do MEC em empreender ações para unificar a sua estrutura (SANTOS, 2007, p. 360).

A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN) e a Associação de Educação Católica (AEC), entidades ligadas ao empresariado de instituições privadas, atuaram decisivamente no debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, desempenhando um papel fundamental em seu perfil privatista.

Ou seja, a LDB/1961, no que lhe concerne, entrou em contradição com as necessidades do Estado democrático, pois deu legitimidade a políticas educacionais ao limitar a democratização do ensino. Essa lei também concretizou muitos sistemas de educação, sendo eles: o ensino primário sob a responsabilidade dos municípios, o ensino secundário sob a responsabilidade dos Estados, o ensino superior sob a responsabilidade da União e os estabelecimentos privados – como os mais lucrativos do mercado educacional.

⁷ Lei aprovada após treze conflituosos e longos anos, em 20 de dezembro de 1961, pelo presidente João Goulart.

Ravaglia (2014) resume bem, em sua dissertação, a primeira LDB/1961 ao ressaltar que esta lei⁸ foi

[...] marcada pela Revolução Francesa [...] alterou sobremaneira a relação entre governantes e governados, [...] se inspira nos princípios da liberdade e solidariedade e, quanto à educação, estabelece como seus fins a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; a preservação e expansão do patrimônio cultural e a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça (RAVAGLIA, 2014, p. 56-57).

No que se refere ao ensino superior, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1961) consolidou o modelo tradicional ao manter o regime de cátedra, a justaposição de escolas isoladas e a composição de universidades sem a preocupação com a pesquisa, tornando-se um empecilho para reestruturação das universidades brasileiras (LIRA, 2010). A posteriori,

A Lei estabeleceu uma reforma no ensino superior brasileiro que extinguiu a cátedra, introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, criou a estrutura departamental, dividiu o curso de graduação em duas partes, ciclo básico e ciclo profissional, criou o sistema de créditos por disciplinas, instituiu a periodicidade semestral e o vestibular eliminatório (LIRA, 2010, p. 262).

Nesse contexto foi criada a Universidade de Brasília, concebida doravante pela matriz desenvolvimentista da educação ao abnegar o modelo de universidade segmentada, substituindo a cátedra pelo departamento como unidade de ensino e pesquisa, atendendo às aspirações do meio universitário.

[...] apresentou algumas inovações organizativas e pedagógicas. [...] foi pioneira na ênfase funcional no ensino superior, operando um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país e na sua independência científica e cultural, formando simultaneamente cientistas e técnicos (LIRA, 2010, p. 262).

O Brasil passava por uma expansão no mercado e houve uma agitação por parte dos estudantes para ampliar os números de vagas nas universidades. Nesse contexto, “a insatisfação específica do ensino era potenciada por um conjunto de transformações culturais” (LIRA, 2010, p. 123) e o movimento estudantil foi essencial para que se construíssem instituições democráticas ao desempenhar relevante destaque nas campanhas nacionalistas e nas lutas em favor das Reformas de Base.

⁸ Avaliada à época como retrocesso pelas forças nacionalistas.

Segundo Lira (2010), o movimento estudantil construiu sua história em defesa da democracia e da legalidade, inclusive, quando os ministros tentaram impedir a posse de João Goulart, saiu em defesa da legalidade constitucional.

Ainda no que se refere à Educação, a criação do Conselho Federal de Educação (CFE) em 1962 baseou-se pela Carta de Punta del Este e pela Recomendação nº 54 do Bureau Internacional de Educação (Unesco-Genebra), alegando a necessidade de aplicação de medidas integradoras para centralizar as decisões relacionadas ao ensino, resultando na aprovação do Plano de Educação e do Plano Nacional de Alfabetização, este extinto após o golpe de 1964.

2.3 A Educação Profissional no Brasil

No período em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estava sendo avaliada, o Brasil, que era um país agrícola, passou por atualizações industriais, apresentando a necessidade de instrução para o trabalho nas indústrias. Entretanto, a Carta de Punta Del Este, levando em consideração a industrialização emergente, enfatizou a importância da educação para a formação de mão de obra profissional e técnica, apontando a urgência de ampliação da capacidade produtiva para o desenvolvimento do país.

[...] João Goulart, havendo trilhado toda a sua carreira política no PTB⁹ e sob a forte influência do varguismo, estava politicamente ligado a uma tradição trabalhista, reformista e de um nacionalismo que aspirava pela conquista de um nível de desenvolvimento que alcançasse a “emancipação econômica” do país (SILVA, 2019, p. 6).

Nesse contexto, João Goulart defendia reformas estruturais que incitassem o desenvolvimento da indústria nacional e a Educação, por sua vez, era parte essencial do processo, através da reforma universitária e da formação de pessoal técnico qualificado. De acordo com Moreira,

No setor educacional, o governo arrolava como princípios básicos a democratização da cultura e a habilitação profissional, pelos quais ambicionava transformar o sistema educacional brasileiro para as novas necessidades do desenvolvimento do país, assim como imprimir características científicas das mais avançadas. O setor educacional seria uma das mais profundas reformas de base (MOREIRA, 2011, p. 204).

Portanto, a intenção de João Goulart era manter o regime democrático em perfeito equilíbrio, conjuntamente com o desenvolvimento econômico. O governo pretendia, ainda, assegurar o direito à escola de nível médio com o objetivo de habilitar a juventude para o

⁹ Sigla referente ao Partido Trabalhista Brasileiro.

trabalho e para a integração na comunidade nacional, mirando modificar a escola em centro de educação para o trabalho.

O objetivo era possibilitar a instalação, em todos os municípios brasileiros, de escolas técnicas e profissionalizantes. Em suma, pretendia-se: a) ampliar a rede escolar de grau médio; e b) orientar o sistema no sentido da educação para o trabalho. O governo planejava construir novas unidades escolares e executar um programa de recuperação da rede nacional de Escolas Técnicas, e de torná-las aptas a ministrar: a) cursos especiais vespertinos e noturnos de habilitação profissional para o pessoal qualificado das indústrias; b) cursos tecnológicos de formação profissional altamente qualificado para jovens formados em nível colegial; e c) cursos especiais de formação profissional para jovens que frequentam ou frequentaram cursos ginasiais (MOREIRA, 2011, p. 205-206).

Nesse sentido, seriam construídas instituições escolares de grau médio nas quais seriam ministrados cursos de 2ª, 3ª e 4ª séries – da educação para o trabalho, e seria realizada, concomitantemente, a expansão das escolas profissionais com um programa de curso intensivo de habilitação profissional para trabalhadores de diversas atividades. Nesse cenário, João Goulart se envolveu pessoalmente para que todos os alunos estivessem matriculados, criou novas classes e concedeu bolsas de estudo.

Além disso, estabeleceu a execução das normas do Decreto nº 53.453, obrigando que todas as empresas industriais, comerciais e agrícolas que tivessem mais de cem pessoas empregadas fossem compelidas a custear o ensino primário para os operários e seus filhos. E, no que se refere ao ensino superior, o esforço seria para transformá-lo, vislumbrando a formação de técnicos de alto nível para o desenvolvimento técnico-científico-industrial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do Governo João Goulart (1961-1964), há a tentativa de concretizar um projeto político que tem como foco as reformas de base que se tornaram a principal palavra de ordem e base de sustentação política. Em linhas gerais, almejava-se desenvolver uma educação vinculada com a ideologia nacional desenvolvimentista de formação científica e tecnológica, ansiando aumentar a demanda por técnicos qualificados.

Entretanto, o governo passou a estimular e amparar os institutos de pesquisas, focalizando a renovação industrial, tendo em vista que para João Goulart o progresso educacional se constituía como essencial para a independência política, social e econômica do país. Nesse sentido, Jango se norteava no fortalecimento das escolas públicas e gratuitas para reformar o ensino, com ênfase nos cursos profissionalizantes.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, V. K. **Objetivação capitalista e particularidade histórica: uma análise do governo João Goulart**. 2021. 238 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-07072021-165012/publico/2021_ValquiriaKellyZanzariniBraga_VCorr.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.
- DELGADO, L. A. N. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo, 1946-1964: A Experiência Democrática no Brasil**, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/CHVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/?format=pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- DELGADO, L. A. N. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. **Revista Grafia**, v. 9, p. 175-191, 2012. Disponível em: <http://revistas.fuac.edu.co/index.php/grafia/article/view/343/326>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- GRABOIS, M. A. **O IBGE e a Ação Governamental de João Goulart**. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/16948>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- LIRA, A. T. N. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. 2010. 367f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/24560>. Acesso em: 26 jun. 2022.
- MORAES, R. **Os governos João Goulart e Castello Branco vistos pela FIESP: uma análise da relação entre o Estado e o empresariado industrial**. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25821>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- MOREIRA, C. S. **O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)**. 2011. 406f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35450>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- NAPOLITANO, M. João Goulart: um personagem em busca de uma história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 223-226, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/XYn9zcgzt7hwcjwRmz9DgCh/?lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2022.
- RAVAGLIA, C. **História da educação no Brasil: análise comparativa das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/1961, 5692/1971 e 9394/1996**. 2014. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://silo.tips/download/historia-da-educacao-no-brasil-analise-comparativa-das-leis-de-diretrizes-e-bases>. Acesso em: 23 de jun. 2022.
- SANTOS, J. A. Da escola única a educação fragmentada: o Congresso Nacional na Reforma do Ensino Técnico. **Trabalho, Educação, Saúde**, v. 5, n. 3, p. 357-374, 2007. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/tes/a/4wrWW4Nkj7wdwGFVPZnsNZH/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2022.

SILVA, A. V. João Goulart e as Reformas de Base. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 32, p. 5-20, 2019. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:K7OL8g7GjT4J:https://revista.ufr.br/textosedebates/article/viewFile/4182/pdf&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 8 jun. 2022.